

CIPA E A SAÚDE DO TRABALHADOR + A GREVE GERAL DE 1989
EM BLUMENAU + DÉFICIT HABITACIONAL E O DESASTRE DE 2008
+ CONSUNI, ESTATUTO E ELEIÇÕES PARA REITORIA DA FURB +
FESTIVAL UNIVERSITÁRIO DE TEATRO + ENQUANTO A COPA ROLAVA...

EXPRESSÃO

Ano 2 Número 11 Julho.2010

Uma publicação
do Sindicato dos
Servidores Públicos
do Ensino Superior
de Blumenau

UNIVERSITÁRIA

www.sinsepes.org.br



JULHO MÃO LTRA
REGOZILHO

■ Editorial

Um novo estatuto, um novo Consuni e um novo reitor

Aproxima-se o processo de escolha do nosso dirigente executivo máximo, o reitor da FURB, e a expectativa é cada vez mais evidente na comunidade. Os candidatos a reitor e vice-reitor devem inscrever-se para o processo até o final do mês de julho, com votação em primeiro turno na segunda quinzena de agosto. Por enquanto não há candidaturas oficializadas, porém formaram-se grupos de discussão sobre o pleito em torno de alguns pré-candidatos e é inevitável que servidores, estudantes e a comunidade externa já tenham o interesse despertado e comecem a avaliar possíveis nomes, mesmo que ainda em caráter especulativo.

Para a diretoria do SINSEPES, mais importante do que a definição das candidaturas e consequentemente a definição de quem será o novo reitor da Universidade, é garantir, em primeiro lugar, o cumprimento democrático do processo eleitoral, garantindo a efetiva escolha de seu dirigente pela comunidade universitária, e segundo, que os debates priorizem o compromisso dos candidatos com a democracia, com o caráter público da FURB, a resolução de seus problemas internos e a interação efetiva com a sociedade.

Para a diretoria do Sinsepes, mais importante do que a definição das candidaturas é garantir o cumprimento democrático do processo eleitoral e debates que priorizem o compromisso dos candidatos com o caráter público da Furb

A eleição ocorrerá em duas etapas. Primeiro os candidatos são submetidos à consulta pela comunidade universitária em dois turnos (sendo o segundo apenas com os dois candidatos mais votados, caso nenhum tenha atingido maioria dos votos válidos). Nesta consulta, servidores da Universidade votam com peso de 80% e estudantes com

peso de 20%. O resultado da consulta é levado ao Conselho Universitário (CONSUNI) para ratificação do resultado pelos conselheiros, a exemplo do processo eleitoral em diversas universidades públicas. Por fim os nomes dos eleitos para reitor e vice são levados ao prefeito municipal para nomeação.

A redação absolutamente equivocada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) produz o que, à primeira vista, pode parecer uma distorção de avaliação política. Pela redação da LDB, a única maneira de horizontalizar a eleição de reitor dando poder de voto efetivo para servidores técnico-administrativos e estudantes é através de um processo indireto de escolha. Este processo indireto, com consulta à comunidade e ratificação em Conselho, é comum à diversas universidades públicas e não torna o processo mais frágil, uma vez que o resultado do processo anterior já era submetido ao Conselho. Faz-se necessário, contudo, a demonstração de maturidade política e democrática, por parte de conselheiros e candidatos, pois este é o único temor que se pode ter do processo: um golpe no CONSUNI que interfira no resultado da consulta à comunidade. O temor é compreensível pela inexperiência da FURB em processos dessa natureza, entretanto é inadmissível que se materialize na deliberação do Conselho. Não podem ser conduzidos a tão importante tarefa na Universidade conselheiros que não respeitem a vontade da comunidade e não ratifiquem o resultado da consulta prévia, inclusive em detrimento do seu voto como eleitor na consulta. A diretoria do SINSEPES defende que a eleição em CONSUNI se dê através de voto aberto e, embora o regulamento eleitoral ainda não defina assim, compromete-se com o voto aberto pelo seu representante e conchama os demais conselheiros a também fazê-lo. Em outra medida, é necessário que os próprios candidatos comprometam-se com a democracia do processo, reconhecendo a

consulta à comunidade como instância última da escolha dos dirigentes e o CONSUNI como instância homologadora. Nestes termos devem inclusive estar dispostos a retirar a candidatura na fase de ratificação caso não sejam o candidato mais votado na consulta.

Aprovada em recente tramitação, a nova redação do Estatuto da FURB estabelece uma composição do CONSUNI mais representativa e equilibrada entre os segmentos que compõem a Universidade. Proporcionalmente, o número de representantes eleitos pelos pares é maior, assim como a representação dos trabalhadores, e a distribuição entre representação da reitoria, da administração setorial, dos representantes eletivos e dos representativos muito mais equilibrada, significando potencialmente melhores debates e decisões mais democráticas dentro da lógica representativa (veja a nova composição na página ao lado). A eleição dos representantes no CONSUNI deve ocorrer antes da ratificação do resultado da eleição de reitor, tornando o novo conselho ainda mais importante.

O SINSEPES permanecerá trabalhando pelo cumprimento democrático do processo eleitoral, pela abordagem dos temas de interesse dos trabalhadores, pela garantia de manifestação e proposições de todas as candidaturas que se consolidem, inclusive disponibilizando seus veículos de comunicação para o esclarecimento da comunidade universitária e o debate de ideias e propostas dos candidatos.

A nova redação do Estatuto da Furb estabelece uma composição do Conselho Universitário mais representativa e equilibrada entre os segmentos que compõem a Universidade

Expressão Universitária é uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau. **Jornalista responsável:** Leo Laps (01989JP-DRT/SC).

Projeto gráfico, diagramação e editoração: Leo Laps. **Tiragem:** 4.000 cópias. **Gráfica:** Grupo Paulo Pimentel (Curitiba).

Endereço: Campus I da FURB (Rua Antônio da Veiga, 140 - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89-12-900

Telefone: 47 3321-0400 ou 47 3340-1477 **E-mail:** sinsepes@sinsepes.org.br.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

RECICLE! NÃO SUJE A CIDADE!

Presidente: Tulio Vidor. **Vice-presidente:** Ricardo Machado **Secretário-geral:** Joni Júlio Evaristo **1º Tesoureiro:** Luiz Heinzen
2º Tesoureiro: Luiz Donizete Mafra **Dir. Jurídico:** Glauco A. Espíndola **Dir. de Cultura:** Mariana Freitas **Dir. de Comunicação:** Carlos Alberto Silva
Conselho Fiscal: Simone Wagner Rios Largura, Rita de Cassia Marqui (titulares); Décio Zendron, Rubia Carla Ribeiro e Natacha Juli Georg (suplentes)

Universidade

Furb já tem Estatuto aprovado nos conselhos

Como desdobramento da regularização legal da FURB, iniciada com os questionamentos do Ministério Público e aprovação da nova legislação na Câmara de Vereadores de Blumenau, tramitou nos Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Administração (CONSAD) a nova redação do Estatuto da FURB. A redação aprovada segue as diretrizes estabelecidas pela relatoria do processo, reitoria e SINSEPEs, consolidadas na plenária dos conselhos. A nova redação unifica o antigo Estatuto da FURB e o Regimento da Reitoria, tendo alterados apenas os aspectos abordados pela nova legislação, sem adicionar alterações estruturais com relação ao funcionamento atual da Universidade.

Destacam-se na nova redação três importantes aspectos defendidos pela

representação dos trabalhadores ao longo do processo. Primeiro, a consolidação da ETEVI dentro da estrutura da Universidade com caráter equivalente ao dos Centros. Segundo, a garantia de escolha do Controlador Geral (cargo criado pelas novas leis) pelo CONSUNI em eleição a partir de lista tríplice encaminhada pelo reitor, não mais por direta nomeação. Terceiro, a nova composição do Conselho Universitário (substituindo os atuais CONSUNI e CONSAD) garantindo as representações dos vários segmentos representados atualmente, em especial dos trabalhadores, e com uma distribuição de forças mais equilibrada, projetando um conselho que, resguardadas as representações, faça-se mais democrático.

Para entrar em vigor, o Estatuto da FURB precisa ainda da homologação pelo prefeito municipal.

“Temos mais representação nos assuntos de maior relevância para nossa categoria”

Sérgio Luiz Pereira, representante da Asef

As posições defendidas pela Asef no Consad, onde tinha representação, são da defesa da visão dos técnico-administrativos em relação ao futuro da Furb. As posições que a Asef defendeu no Consad geralmente eram as mesmas discutidas nas assembleias do Sinsepes, porque nessas assembleias são discutidos os assuntos mais importantes pertinentes à nossa categoria.

Como no caso da Asef, onde a imensa maioria é de técnico-administrativos, defendeu-se como prioridade a manutenção e se possível a ampliação da representação dos técnico-administrativos nos Conselhos Deliberativos. Com a simplificação e definição de um único Conselho (o Consuni), contra os dois anteriores (Consad e Consuni), ficou mais fácil definir a nossa representação. Tínhamos mais representatividade no Consuni (2 técnicos em 42), do que no Consad (1 da Asef em 29). Mas os assuntos mais pertinentes à categoria dos técnicos - reajuste salarial e plano de carreira - era deliberados somente no Consad, onde tínhamos menos representação, já que o orçamento era discutido nos dois Conselhos.

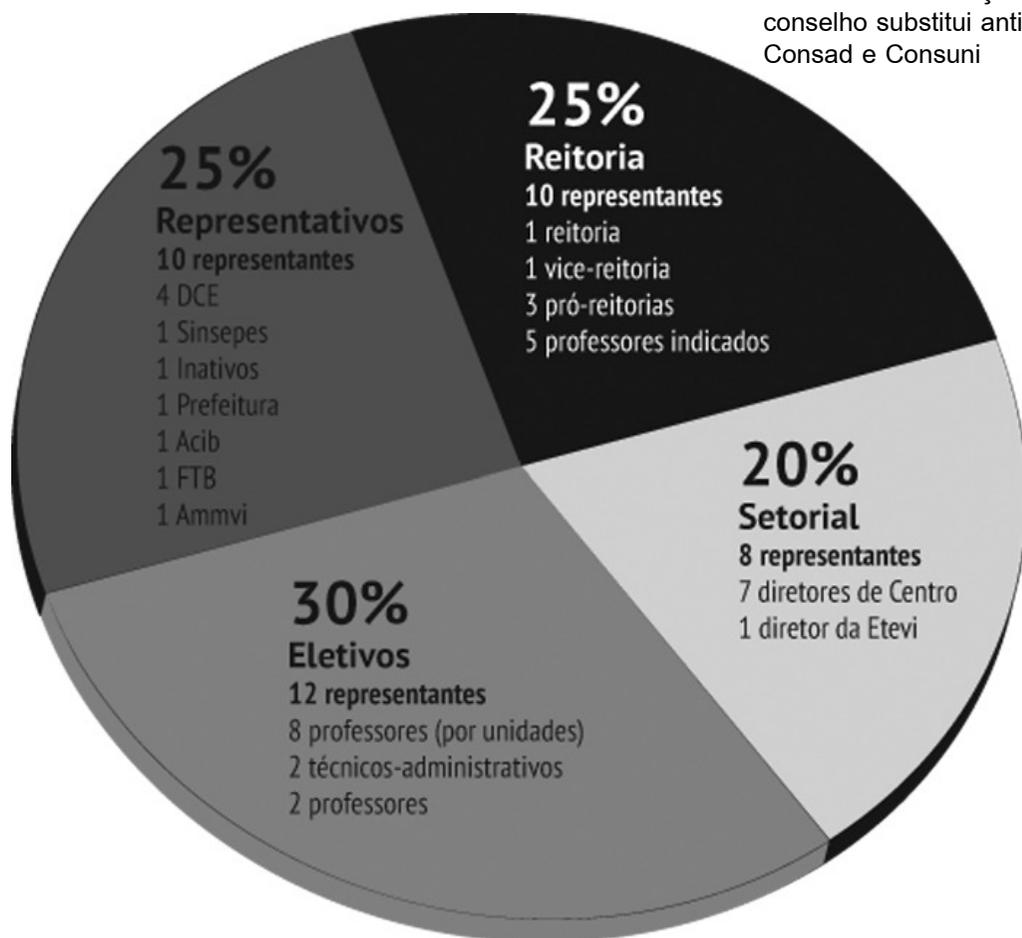
Diante do resultado final de dois técnicos em 40 membros do novo conselho, a representação ficou a mesma do anterior Consuni, mais aumentou em relação ao Consad antigo. Temos agora mais representação nos assuntos de maior relevância para nossa categoria. Melhor ainda se compararmos com a proposta inicial de composição, de apenas um representante (da Asef), sem os dois técnicos, num universo de mais de 60 pessoas.

As novas atribuições que já há alguns anos a Asef desempenha são exclusivas referentes à vida social e esportiva do associado. A questão trabalhista, anteriormente defendida pela Asef, era porque não tínhamos um sindicato que nos defendia. A partir do momento da criação do Sinsepes, ficou um pouco sem sentido a continuidade da representação da Asef, desde que a representação dos técnicos fosse mantida ou ampliada, o que de fato aconteceu.

Como atual representante da Asef no Consad, agradeço todo estes anos que a Asef nos defendeu nos Conselhos Superiores, fazendo parte da história da Furb, e como opinião pessoal, gostaria que, a exemplo do Sinsepes, fossemos também uma única Associação de Servidores da Furb, unindo técnicos e professores, sem distinção de categoria, juntos em busca de uma Furb melhor e para seus servidores.

O novo Consuni

Com nova formatação, conselho substitui antigos Consad e Consuni



“Abrimos espaço para uma representação democrática”

Leomar dos Santos, presidente da Aprof

Desde sua fundação há mais de 30 anos a Associação de Professores da Furb (Aprof) tem cumprido seu papel de representar os professores nas diversas instâncias da nossa Universidade. Seu histórico demonstra fatos em que a mesma era o agente de contato e negociação dos direitos dos servidores com a administração superior, inúmeras negociações salariais fazem parte de sua história.

Como fruto da organização da categoria de servidores surgiu o Sinsepes, que passou a representar legitimamente a categoria e defender seus direitos.

Assim a Aprof passou a dedicar-se a diversos outros temas que tratam de seus objetivos sem deixar de representar junto aos órgãos colegiados todos os professores, apesar de ser uma entidade filiativa.

O atual cenário da Universidade com base em sua constituição jurídica, aprovada recentemente pela Câmara de Vereadores, adicionalmente com a necessidade do atendimento das diretrizes da LDB, deliberando que os Conselhos superiores das Universidades constem de uma representação mínima de 70 % de professores; cabe repensarmos o formato de nossa participação.

Na atual situação a Aprof, por possuir personalidade jurídica própria, é tratada como membro externo, não aferindo na contagem de professores, cabe ressaltar que, de acordo com a aprovação da nova composição do Consuni, aprovada por nós, os professores da universidade passam a eleger, entre os pares, dois representantes que caracterizam a legitimidade de seus interesses.

Assim entendemos que abrimos espaço para uma representação democrática que caracteriza a legitimidade dos interesses dos professores, assim como a Aprof o fez durante mais de 30 anos.

Cidadania em Debate volta ao ar em agosto na FURBTv

A partir do próximo mês, o Sinsepes voltará a participar da grade de programação da FURBTv com o programa Cidadania em Debate, fora do ar há cerca de dois anos. Em votação via internet realizada em junho, os servidores da Universidade optaram pela manutenção do nome do programa, que tem como proposta principal debater temas de interesse dos professores e técnico-administrativos da Furb, da classe trabalhadora e da comunidade regional. A volta do programa é mais uma ação da diretoria do Sinsepes, em parceria com a FURBTv, para melhorar a comunicação com a comunidade e divulgar as ações dos movimentos dos trabalhadores na região.

Saúde e Trabalho

Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, reivindicação antiga do Sinsepes para a Furb, tem como objetivo a garantia da segurança dos trabalhadores. Mas deve também expôr as condições de trabalho em nossa sociedade

A Cipa a serviço da qualidade de vida



Doenças como a LER/DORT são causadas principalmente pelo ritmo de produção intenso (foto: Emily Bean, www.flickr.com/emilybean)

Na primeira quinzena de junho, o professor de educação popular Emílio Gennari veio a Blumenau para apresentar, a convite do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau (FTB), dois cursos sobre o mundo do trabalho. Uma delas, realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial (SINTRAFITE), tratou especificamente da importância das CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). Este instrumento de defesa da saúde do trabalhador ainda não foi implantado dentro da FURB, mesmo fazendo parte da pauta de reivindicações dos servidores da universidade há

anos, assim como a criação de um SESMT (Serviço Especializado de Saúde e Medicina do Trabalho).

Como o próprio nome já esclarece, o objetivo principal de uma CIPA é garantir a saúde e a vida dos trabalhadores de empresas e instituições públicas e privadas, prevenindo acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Resposta dos trabalhadores ao crescente número de patologias gerado pelo desenvolvimento industrial, as CIPAS estão regulamentadas no Brasil desde 1978 pela CLT (artigos 162 a 165) e são formadas por representantes dos empregadores e dos trabalhadores, em proporção determinada conforme o setor e o ta-

manho da empresa ou instituição.

Uma CIPA é formada por representantes designados pelo empregador e por trabalhadores eleitos por voto secreto pelos próprios colegas. São definidos titulares e suplentes, que devem se reunir periodicamente para debater e deliberar ações em prol da saúde dos trabalhadores que representam. O mandato é de um ano, cabendo reeleição.

Entre as atribuições da Comissão, segundo a legislação federal, está a formulação de mapas de riscos, planos de trabalho para realizar ações preventivas à acidentes e doenças de trabalho, inspecionar regularmente ambientes de trabalho para identificar riscos à segurança e

saúde dos trabalhadores e informar sobre estes riscos. A CIPA também tem o papel de defender os empregados em caso de doenças e acidentes dentro do ambiente de trabalho, analisando as causas de uma ocorrência e solicitando ao empregador documentos como a CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), que deve ser sempre encaminhada ao INSS para garantir os direitos do acidentado. Outra função da CIPA é organizar, a cada ano, a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), evento essencial para garantir melhorias no ambiente de trabalho e estimular o debate sobre saúde do trabalhador dentro da empresa.

Aceleração de ritmo de trabalho adoece trabalhadores

Apenas o fato de contar com uma CIPA não vai garantir a saúde dos trabalhadores em determinado local de trabalho. Para ser realmente ativa, um cipeiro tem obstáculos a superar. Um dos mais recorrentes é o conflito entre o que a empresa quer com o trabalho da CIPA. “O mapa de riscos é uma faca de dois gumes. Se há risco, o trabalho da CIPA é eliminá-lo. Mas a realidade do ambiente de trabalho é outra: a empresa quer que o trabalhador use o EPI (Equipamento de Proteção Individual) e preste atenção”, explicou Emílio Gennari no curso sobre CIPA proferido em junho no SINTRAFITE.

Para ele, o trabalhador que não usa o EPI na maioria das ocasiões não está burlando a regra apenas por negligência: “é que esses equipamentos costumam ser tão desconfortáveis que acabam influenciando na produção. Aí ele acha melhor manter o ritmo sem proteção do que usar um EPI que atrapalhe seu trabalho. O problema não é conscientização. Se o trabalhador obedece os procedimentos de segurança, perde produtividade e, depois, o emprego. Se desobedece, trabalha sem segurança e acaba bichado”, argumentou o professor.

O ritmo de produção é considerado por Gennari um dos maiores causadores de doenças do trabalho, principalmente LER/DORTS. “Pouco se fala sobre isso. A LER é uma doença milenar, mas só começou a aparecer mesmo no século 16, nos escribas. A pena de ganso não dá LER, o ritmo de produção, sim”, afirmou. Para o professor, a relação do trabalhador com seu emprego mudou muito a partir dos anos 90. “Na década de 80, saúde era tudo. A partir dos anos 90, isso mudou, e até hoje é o dinheiro que interessa, em primeiro lugar. Antes, competência era sinônimo de experiência. Hoje, é saber superar metas e competir com seus colegas para ‘subir na vida’. A qualidade foi sobreposta pela quantidade. E a lógica para a qual o mundo do trabalho caminha é essa: cada vez mais produção com menos empregados e em menos tempo”, descreveu Gennari.

A CIPA, segundo o professor, tem o papel de expôr as reais condições de trabalho dentro de uma empresa, instituição e da sociedade como um todo. Deve divulgar o problema do ritmo acelerado, do excesso de riscos e de

competitividade, causadores de estresse, dores crônicas, insônia e depressão, doenças cada vez mais presentes nos membros da sociedade contemporânea, seja nos empregados de uma fábrica de porcas e parafusos, de um escritório de contabilidade ou de uma universidade. “As pessoas passaram a achar que é normal desgastar sua saúde no trabalho, pois todas as empresas passaram a divulgar que isso é natural. Aí, se você não tem a tal da ‘coragem para trabalhar’, se não se submete a essa aceleração do ritmo de produção, é considerado ‘frouxo’, ‘incompetente’ e ‘preguiçoso’, não é ‘bom para o trabalho’”, denunciou Gennari. Assim como em um sindicato, um dos principais e mais complicados objetivos de uma CIPA é envolver a base na busca por um ambiente de trabalho que não adoça. “É preciso ensinar a base a dizer NÃO. Quanto mais eu me submeto, mais autoritarismo. Quanto mais aceito novas metas, mais pressionado eu sou. É preciso aprender a se proteger, perceber que precisamos de saúde para desfrutar a vida, e não apenas para trabalhar”, afirmou o professor.

História de Blumenau

Mobilização contra arrocho salarial na década de 80 contou com a paralisação de cerca de 35 mil trabalhadores da cidade por um período de quase duas semanas

A greve geral de 1989

POR MARTIN KREUZ, aluno de História da FURB <meu_nomemk@yahoo.com.br>

Um dos momentos mais expressivos em que os trabalhadores se dão a conhecer concretamente, e emergem no cotidiano a tal ponto que é impossível ignorá-los, é uma greve. Por meio dessa ferramenta, os sujeitos envolvidos no universo do trabalho trazem à tona suas reivindicações, suas reclamações, as contradições presentes nas relações de produção. Em Blumenau, apesar dos valores conferidos à noção do trabalho, que se desdobram em imagens hegemônicas de, como se fosse possível, um capitalismo diferenciado, mais justo e fraterno¹, os trabalhadores também se manifestaram através de paralisações e greves com relação às condições que permeiam esse universo onde eles se inserem, condições que destoam da idealização do mundo do trabalho.

Das greves ocorridas em Blumenau, a mais significativa realizou-se em março de 1989, o que salta aos olhos quando se analisa a duração do evento é o número de trabalhadores envolvidos. As primeiras paralisações ocorreram em empresas têxteis no dia 10, e só foram integralmente retomadas as atividades no dia 22 daquele mês. No auge desse acontecimento, cerca de 35 mil trabalhadores, principalmente oriundos do setor têxtil, estavam em greve. A motivação primeira para essa manifestação é encontrada no contexto nacional: a crise econômica e a inflação pesaram principalmente sobre a classe trabalhadora, que via seus salários rapidamente serem desvalorizados. Vários planos econômicos foram lançados, na tentativa de amenizar os efeitos corrosivos do arrocho salarial, todos fracassando no intento. 1988, por exemplo, findou com uma taxa de inflação anual de 930%.

Ricardo Antunes contabiliza, em *O novo sindicalismo*, mais de sete mil greves ocorridas em todo o território nacional entre 1985 e 1989. Esse alto número revela a gravidade da situação econômica imposta à classe trabalhadora em todo o país. Outro elemento importante que o autor



identifica é a tentativa de articulação política dos trabalhadores por meio de greves gerais nacionais, que aconteceram em 1983, 1986, 1987 e 1989. Destas, a última fora a mais expressiva, obtendo adesão de cerca de 35 milhões de trabalhadores nas principais cidades do país. Convocada pelas centrais sindicais para os dias 14 e 15 de março, era uma reação ao Plano Verão, que novamente congelara preços, mas as perdas salariais, em relação a 1988, atingiram quase 50%.

Blumenau não fora atingida por essa onda grevista, o que não significa que aqui não tenham repercutido os efeitos da estagnação econômica do período. Pelo contrário, em 1981, por exemplo, ocorreram cerca de 2 mil demissões no setor têxtil. Uma primeira mostra da insatisfação dos trabalhadores blumenauenses com a situação vivida é, em 1988, a eleição de uma diretoria de oposição para

dirigir o SINTRAFITE (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Têxtil), que até então fora controlado por grupos alinhados ao patronato local.

A diretoria têxtil procurou articular os trabalhadores para a greve geral marcada para 14 de março. Mas o estopim das paralisações acontece em 10 de março, quando aproximadamente 800 operários da Teka receberam as folhas de pagamento, muitas delas zeradas: os trabalhadores adquiriam alimentos e outros gêneros nas cooperativas de consumo das empresas, e no pagamento essas compras eram descontadas. Em virtude da defasagem de renda e da inflação, muitos salários ficaram retidos com a empresa. Essa situação se repetiria em outras indústrias, até o dia 12, quando trabalhadores de várias categorias decidiram em assembleia pela paralisação.

A negociação entre patronato e trabalhadores foi árdua. Enquanto os segundos exigiam a reposição de quase 90%, o primeiro oferecia reajuste de 33%, proposta depois retirada com a exigência da retomada ao trabalho para a continuidade das negociações. O impasse só foi resolvido com a intermediação do Ministério do Trabalho. Ao final, o acordo resultou em reajuste de quase 40%, parcelamento dos débitos junto às cooperativas e outras cláusulas sociais.

Outros fatores, além dos econômicos, contribuíram para a deflagração grevista. Em algumas empresas têxteis vigorava o sistema de rodízio, criticado por sindicato e trabalhadores. Trabalhadores do terceiro turno reivindicavam já, há algum tempo, a diminuição da jornada de trabalho. E depoimentos revelam que os ope-

rários, principalmente do sexo feminino, estavam submetidos a pressões e cobranças excessivas da chefia.

Mas outros elementos, que também podem ter cooperado para a efetividade da greve, ainda carecem de estudos e pesquisas. Em que medida a substituição de mecanismos e práticas paternalistas, que intentavam uma maior submissão subjetiva do trabalhador, por formas de organização mais modernas, e consequentemente mais impessoais, viabilizaram uma nova postura dos trabalhadores frente aos conflitos no âmbito da fábrica? A inserção de um grande contingente de trabalhadores migrantes – em 1981, 65% dos trabalhadores da cidade eram migrantes – contribuiu para a propagação de outros valores, principalmente no que tange ao trabalho? Questões ainda não desenvolvidas pela historiografia local.

Mesmo que ausente dos discursos que a cidade produz sobre si mesma, passados mais de 20 anos, a greve de 1989 ainda está muito presente na memória dos trabalhadores que viveram estes acontecimentos. Por isso, é necessário problematizar esta história para que possamos compreender as formas de organização e ação dos trabalhadores em momentos de crise. Além disso, estes eventos nos ajudam a pensar o presente, na medida em que ilustram um momento de ruptura que vai mudar de forma drástica a produção industrial, e como consequência a economia e as relações sindicais do nosso tempo.

¹Sobre isso, ver, por exemplo, o artigo de Valmor Schiochet, *A greve de 1989: uma análise apaixonada*.

Trabalhadores de Blumenau pararam a cidade para reivindicar, além de reposições salariais, redução de horas e melhorias nas condições de trabalho nas fábricas da região (Foto acima: Artur Moser. Abaixo: José Werner. Ambas fazem parte do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva e do Jornal de Santa Catarina)



■ A cidade

Dois anos após as enchentes e deslizamentos de novembro de 2008, políticas públicas de moradia para população de baixa renda seguem inexistentes no município, aumentando déficit habitacional

A face **oculta** de Blumenau

POR **MAGALI MOSER**, jornalista do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região (SEB) e do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial (SINTRAFITE) <magali.moser@gmail.com>

Uma cidade paralela se descortina por trás da Rua XV de Novembro, do chope e da Vila Germânica. Símbolos que tornam Blumenau reconhecida em todo o país se dissipam distante do olhar dos turistas. Encoberta pelos morros ou longe da área central, configura-se uma realidade marcada pela desigualdade e exclusão. São pelo menos 47 áreas de concentração de pobreza* que contrastam com a paisagem enxaimel do Centro.

A tentativa histórica de esconder os pobres ganha ênfase no final da década de 1940 – com a transferência dos moradores da primeira favela do município, a Farroupilha, ao lado da Ponte de Ferro, no Centro, para os becos Araranguá e Pedro Krauss Sênior – e marca a trajetória da cidade. O retrato da problemática social veio à tona de forma dramática durante a enchente e deslizamentos de novembro de 2008, classificada pela mídia como “a maior tragédia climática do Brasil”, com um saldo de 24 mortes e centenas de desabrigados.

Quase dois anos após a catástrofe, mais de 1 mil pessoas ainda aguardam pelas prometidas casas, nos sete abrigos chamados pela prefeitura de “moradias provisórias”. São 277 famílias submetidas a condições inadequadas de moradia, em galpões e espaços improvisados que ainda convivem com incertezas sobre o próprio futuro.

A promessa da prefeitura é deslocá-las aos apartamentos construídos através do Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal. A maioria das vítimas da enchente e dos deslizamentos de 2008 morava nas áreas de concentração de pobreza do município e que há tempos reivindicam melhorias, como Morro do Artur, no Progresso, Pedro Krauss Sênior, no Vorstadt, como avalia a professora Jacqueline Samagaia, do curso de Serviço Social da FURB na tese de doutorado, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Levantamento da Secretaria de Habitação e Regularização

Fundiária aponta que em Blumenau o déficit habitacional hoje é de 10 mil moradias, 3 mil a mais que antes da tragédia de novembro de 2008. Diante do cenário, pergunta-se: quais as medidas tomadas para evitar novas catástrofes? Sabe-se que a causa da situação vivenciada por Blumenau em novembro de 2008 não é as chuvas, mas a ocupação desordenada e a falta de políticas habitacionais que contemplem a população menos favorecida. Com a ausência de ações inclusivas, a ocupação desordenada resultou numa cidade informal, com cerca de 1.500 ruas clandestinas, as chamadas ruas de placa amarela (provisórias).

O abandono das áreas de concentração de pobreza se revela de várias formas, inclusive com a falta de dados sobre elas. A prefeitura não dispõe de um levantamento sobre as comunidades, as informações existentes são imprecisas. Dados do último censo do IBGE, em 2000, mostram que a pobreza em Blumenau se intensifica quando comparada à acumulação da riqueza. Ao todo, 40% da renda está com os 10% mais ricos da cidade.

Uma das situações mais precárias vivenciadas nas áreas de concentração de pobreza de Blumenau está na localidade conhecida como Nova Esperança. Por estar no limite entre Blumenau e Gaspar, os moradores sofrem com a falta de assistência. Mas a capacidade de luta e resistência de quem mora nessas áreas impressiona. O engajamento e a organização das associações de moradores na luta por direitos mínimos, como acesso à água, energia elétrica, serviços de saúde ou escola, por exemplo, demonstram a força da mobilização popular.

Um dos marcos de enfrentamento em Blumenau é o Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD). Apesar da tentativa de criminalização do movimento e dele não ser considerado legíti-

timo pela prefeitura, o MAD é apontado por lideranças comunitárias e entidades como a União Blumenauense das Associações de Moradores (UNIBLAM) e o Fórum dos Movimentos Sociais de Blumenau como marca de resistência. Possibilitou o questionamento dos moradores sobre a sua situação na cidade além de permitir-lhes perceberem-se como cidadãos.

Formado por moradores que tiveram as casas afetadas pela catástrofe de novembro de 2008, o movimento se consolidou com lideranças surgidas nos abrigos municipais. Em fevereiro de 2009, eles acamparam por quatro dias na Praça da Figueira, ao lado da prefeitura, na tentativa de forçar o prefeito João Paulo Kleinübing a se reunir com o grupo. Uma semana depois do acampamento, o MAD ocupou o terreno que servia como sede da Associação de Moradores do Bairro Ribeirão Fresco, na Rua Pastor Oswaldo Hesse, como forma de pressionar o governo municipal para a construção das casas.

O MAD obteve na justiça o direito de permanecer no espaço até que o prefeito entregue casas para os moradores. Em abril de 2009, o desembargador substituto Domingos Paludo favoreceu as famílias, através de um termo de agravo em resposta à ordem de despejo da prefeitura. Mas na avaliação das lideranças do MAD, o movimento não pode morrer. Representa uma busca permanente pelo direito à moradia, garantido na Constituição Federal.

A habitação figura no rol das necessidades mais básicas do ser humano. Trata-se de questão relacionada à própria sobrevivência, consiste em pressuposto para a dignidade da pessoa humana.

**O levantamento completo das áreas pode ser encontrado na pesquisa O Processo de Favelização em Blumenau, da autora, publicado na revista Blumenau em Cadernos maio/junho, do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. O trabalho teve o patrocínio do Fundo Municipal de Apoio à Cultura 2009.*



O Festival de Teatro Universitário e seu público cativo

Peça "As Folhas do Cedro", da Companhia Teatral Arnesto nos Convidou, é atração inédita da abertura do Festival, marcada para as 20h30 do dia 9 de julho (Foto: Fernando Stankuns)

POR PITA BELLI, atriz e diretora teatral, doutoranda em Teatro na UDESC, professora do Bacharelado em Teatro da FURB e coordenadora do FITUB <pitabelli@furb.br>



Confira a programação completa do 23° Fitub na internet em www.furb.br/fitub

Neste ano acontecerá, de 9 a 17 de julho, o 23° Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB), promovido pela FURB, e que congrega a cada edição mais de 200 artistas entre grupos selecionados e convidados em geral. Um festival reconhecido nacional e internacionalmente, apesar de encontrar-se fora do eixo das grandes produções teatrais do país, e que se fez conhecer em todas as universidades brasileiras e ibero-americanas, cujos alunos a cada ano aguardam sua realização na certeza de poderem ter seus trabalhos avaliados por profissionais qualificados.

No entanto, o festival não se restringe ao público especializado. Ao contrário. Todas as suas atividades são abertas à comunidade. E é no momento das apresentações dos espetáculos que essa comunidade comparece em massa ao teatro, sendo que o festival, por seus anos de existência, já tem seus espectadores cativos que lotam os auditórios em todas as apresentações. Espectadores que vêm de toda a região metropolitana, do Vale do Itajaí, do Estado de Santa Catarina de um modo geral, e de outras localidades do país. Dado o número crescente de pessoas que acorrem ao Teatro Carlos Gomes, onde acontece a maioria dos espetáculos, e dos pedidos para que o Palco sobre Rodas, uma de suas ações, visite as localidades da região, pode-se concluir que também o festival tem cumprido sua função no que se refere à formação de plateia.

Mas se pensarmos que estamos diante de um festival universitário, sua produção tende a ser iminentemente jovem e, portanto, falaria ao jovem mais facilmente, razão pela qual, talvez, seus espetáculos sejam pouco frequentados pelo público adulto. No entanto, sobre esse possível "desencontro", cito Maria Helena Kühner, quando diz que ele "... estaria na raiz do próprio termo comunicação: comunicar é, por definição, uma relação dia-lógica, isto é, que dois sujeitos estabelecem entre si através de signos lingüísticos comuns. [...] diálogo tem que ser expressão de ambos e não de um falar por outro, ou para o outro, mas com o outro, pois do contrário, um seria sujeito, ativo, e o outro um simples objeto, recipiente passivo e coisificado. Comunicar, para ser uma relação humana, é, portanto, necessariamente, comuni-

car-se em torno de um significado compreensível e significativo para ambos os interlocutores." Não há dúvidas de que o teatro seja um acontecimento social, onde encontram-se pessoas em torno de um tema para através dele descobrirem seu "ser em comum".

Isso pode nos levar a pensar que o adulto, por julgar-se detentor de maior conhecimento, ou mesmo por hábito, o que, segundo Kühner, seria uma "atitude derivada do que poderíamos chamar de concepção autoritária da arte e do saber" que o transforma num mero "espectador", isto é, 'aquele que olha' e que deverá ser persuadido, informado ou induzido (verbos sempre na passiva) a ver, pensar e agir sobre tal ou qual tema, de tal ou qual maneira.", o tornaria pouco apto a participar do acontecimento social a que chamamos teatro produzido pela atual geração de estudantes e artistas.

Outro aspecto que pode ser pertinente, e não distante, se refere diretamente à estética da recepção, onde, segundo Anne Hubersfeld "el espectador occidental se interesa preferentemente por la diégeses, sigue el desarrollo del discurso, atiende al desenlace: el espectador tiene una percepción horizontal del teatro, esencialmente diacrónica, em la que el suspense y la espera juegan un papel decisivo. La pregunta que se ace es: 'qué ocurrirá con los protagonistas?' (...) Toda forma de teatro supone para el espectador una relación entre la percepción de las imágenes espectaculares y el seguimiento de la fábula, relación diferente según las culturas, los momentos históricos y las formas teatrales." No entanto, de um modo geral, as novas formas teatrais apresentadas nas últimas edições do FITUB apontam – talvez pela influência do pensamento asiático sobre o teatro ocidental – para uma valorização da performance sobre a ficção. Teremos então, aí, um espectador que necessitará pensar em novas relações entre forma e conteúdo. Necessitará, ainda segundo Hubersfeld, "Desconectar el discurso del personaje: el espectador puede comprender entonces el discurso como un texto en el sentido más amplio del término, captar las asociaciones poéticas, aprehender el contenido mismo del discurso sin relacionarlo con una conciencia causal e centralizadora."

Se levamos em consideração que as montagens te-

atrais atuais trabalham com o descontínuo, com a heterogeneidade de signos, com a desagregação do personagem, esse "novo" espectador precisará compensar este descontínuo com a construção de unidades de sentido que podem não se constituir num discurso organizado – e no entanto pleno de significantes – onde o sentido será elaborado sobre a heterogeneidade, se instalando, segundo Hubersfeld, "una poética surrealista que proporciona al espectador la alegría del juego libre."

Se unirmos os aspectos levantados por Maria Helena Kühner e Anne Hubersfeld à frequência jovem do festival, talvez possamos chegar a uma consideração plausível sobre a relativa pequena participação de adultos nas suas plateias: o entendimento da obra teatral na atualidade requer uma liberdade associativa e uma interatividade na sua construção que o adulto não está acostumado a exercer, por sua própria formação, enquanto o jovem, num mundo que se comunica cada vez mais de forma fragmentária, haja vista a Internet, por exemplo, tenha maior aptidão para realizar.

As considerações acima não pretendem mais do que meditar vagamente sobre a presença massiva de jovens nos espetáculos do festival. Para esgotar assunto tão complexo seria necessária uma investigação aprofundada não só no campo das teorias da recepção, como sob o olhar da sociologia e da antropologia. Quero apenas ressaltar que o teatro, desde que começa a considerar o espectador como um elemento ativo, que desempenha uma função própria e peculiar dentro do feito teatral, passa a comunicar-se de maneira diferenciada com sua plateia, coisa para a qual, talvez, o espectador adulto ainda não esteja devidamente preparado. Fato que, inclusive, denota a importância do Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau no que concerne à formação de plateia.

REFERÊNCIAS:

KÜHNER, M. H. *Teatro popular: uma experiência*. Livraria Francisco Alves Editora. Rio de Janeiro, 1975.

HUBERSFELD, A. *La escuela del espectador*. Madrid: Publicaciones de la Asociación de Directores de Escena de España, 1997.

Prefeitura mantém achatado salário do serviço público

A Prefeitura de Blumenau manteve o arrocho salarial dos mais de 8 mil servidores públicos da cidade ao aprovar reajuste de 5,49% no salário e vale-alimentação no valor de R\$ 8 (era R\$ 7,70) para a categoria, que se mobilizou em dois dias de paralisação e decidiu, em assembleia, voltar a reivindicar melhores salários a partir de agosto. Já a inicial ameaça do poder público de descontar as horas de paralisação dos manifestantes acabou não acontecendo.

A proposta do Sintraseb (Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Blumenau) pedia vale-alimentação no valor de R\$ 10 e reajuste de 36,56%, referente aos últimos 13 anos, período em que, segundo o sindicato, o salário da categoria aumentou 65%, enquanto a inflação calculada pelo INPC-IBGE foi de 125%. Pelo mesmo índice, a prefeitura ofereceu os 5,49% de inflação relativa ao último ano.

Sueli Adriano, coordenadora geral do Sintraseb, afirma que a prefeitura tem dinheiro em caixa para dar um aumento maior aos servidores. “O vilão de outros anos era a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas pelo que vai arrecadar, a prefeitura tem caixa. No ano passado, devido à catástrofe de 2008, não reivindicamos a perda de todos estes anos por entender que se tratava de emergência”, afirma a dirigente. Segundo dados do Ministério da Fazenda fornecidos pelo sindicato, a prefeitura de Blumenau vai arrecadar este ano R\$ 695,5 milhões, 22% a mais que em 2009. O cálculo do Sintraseb afirma que a prefeitura poderia dar um aumento de até 32,7% para os trabalhadores sem ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, que define que os gastos com pessoal não podem ultrapassar 54% do orçamento de um município brasileiro. Com o aumento, este valor não ultrapassará os 41%.

A política de salários baixos acarreta problemas para a Saúde e Educação em Blumenau. O Sintraseb afirma que faltam profissionais porque municípios vizinhos pagam melhor. Os que ficam, na maioria, trabalham como temporários, não recebem cursos de capacitação e não recebem equipamentos de segurança, segundo Sueli Adriano. “Há escolas em que a Associação de Pais e Professores precisa fornecer botas, luvas e outros materiais para os trabalhadores das escolas”, denuncia a dirigente sindical. Já os cargos comissionados seguem onerando os cofres municipais em mais de R\$ 2 milhões por mês.

Aumento do ônibus volta a ser discutido

Há dois meses, a prefeitura de Blumenau, através do Seterb, anunciou a implantação de corredores exclusivos para os ônibus como solução para o trânsito da cidade. Com viagens mais rápidas, seria possível oferecer mais qualidade, pontualidade e, com a adesão de mais pessoas ao sistema, tarifas mais atraentes, diminuindo o número de carros nas ruas. Mas o que voltou a ser pauta em mês de Copa do Mundo é a nova tentativa do Consórcio Siga, que alega prejuízo de R\$ 3 milhões, de aumentar o preço das passagens, agora para R\$ 2,65.

No começo do ano, empresa e prefeitura decretaram aumento da passagem para R\$ 2,55 (pagamento antecipado, via cartão) e R\$ 2,95 para tarifa embarcada, ou seja, aquela paga em dinheiro. Com pressão popular e ações na Justiça, o aumento foi anulado pelo juiz Osmar Tomazoni, que alegou falta de transparência nas planilhas e ausência de estudos técnicos que comprovassem a real justificativa para o aumento de até 28%. Na mesma época, executivo municipal e Siga tentaram reaver o direito de aumentar a passagem, sem sucesso.

Dia 5 de julho, Procuradoria Geral do Município e Seterb se reuniram pela primeira vez, depois de cancelar alguns encontros, para analisar a proposta. Até o fechamento deste jornal, não havia um parecer final. Segundo a assessoria de imprensa do Seterb, a questão é saber se é juridicamente possível conceder o aumento, já que a liminar de Tomazoni segue valendo.

Oferecer transporte público de qualidade, a preço baixo, deve ser prioridade do poder público. Na cidade, a realidade é feita de ônibus com mais de 10 anos de uso, atrasos, falta de horários, além das péssimas condições de trabalho dos empregados da empresa. Aumentar a passagem agora, depois de anunciar um plano para melhorar a qualidade do transporte, é compensar um acerto com um erro grave.



Categoria se mobilizou por reposição salarial de 36,56% relativa aos últimos 13 anos (Fotos: Leo Laps)

Privatização do esgoto é anulada novamente

De nada adiantou à prefeitura e ao Samae gastar dinheiro (público) com outdoors dizendo que tratamento de esgoto é essencial para você e para Blumenau. Também não resolveu alterar na Câmara de Vereadores a Lei Municipal 7.360, criada há dois anos justamente para permitir a privatização do saneamento básico na cidade, a fim de que ela se adaptasse ao controverso edital de licitação lançado em 2009 e ao contrato assinado com a empresa vencedora do mesmo, a Foz do Brasil, do Grupo Odebrecht. No dia 14 de junho, conforme noticiou o Jornal de Santa Catarina, liminar motivada pelo Ministério Público Estadual e concedida pelo juiz titular da Vara da Fazenda Pública suspendeu, mais uma vez, o contrato entre governo municipal e empresa.

O que o juiz alegou? “uma série de irregularidades no contrato de concessão e na licitação, entre elas a ausência de procedimento interno prévio para demonstrar a necessidade e a conveniência da concessão e a inexistência da agência reguladora no momento da assinatura do contrato, com validade prevista de 35 anos”. Mais do mesmo, já que desde o início do processo a imprensa local já gastou páginas e mais páginas e preciosos minutos na tevê para repetir a mesma notícia.

Instalar e gerenciar o esgoto em Blumenau é negócio lucrativo. O contrato anulado previa 35 anos de exploração dos serviços. Segundo cálculo do Comitê Contra a Privatização do Esgoto em Blumenau, neste período a Foz do Brasil teria uma receita de R\$ 1,84 bilhões de reais. A pergunta também segue a mesma: o Samae, reconhecido pela qualidade dos seus serviços, não poderia executar este projeto e usar a receita para dar emprego aos blumenauenses e saneamento universal, barato e de qualidade para a comunidade?

Prefeitura municipal desconsidera meio ambiente e perde R\$ 10 milhões do PAC drenagem

Apesar do tom de novidade, o cancelamento do envio de quase R\$ 10 milhões do PAC Drenagem para o Projeto Margem Esquerda, desenvolvido pela prefeitura municipal de Blumenau, poderia ter sido evitado há pelo menos sete meses. Foi quando o Comitê do Itajaí alertou o poder público pela primeira vez de que o projeto precisava ser alterado para entrar em conformidade com a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), implantada ano passado pelo Ministério das Cidades, e que define a liberação de recursos federais para obras de drenagem.

Desde então, foram várias tentativas de diálogo com o prefeito João Paulo Kleinübing. “Mas a prefeitura sempre se mostrou desinteressada e arrogante, como se pudesse fazer o que bem entendesse. Chegou a ameaçar com processos o Ministério, o Comitê e a Caixa Econômica Federal, que liberaria os recursos. O Ministério fez reuniões em Blumenau num esforço para não cancelar os recursos, mas Kleinübing se mostrou intransigente”, afirma a secretária executiva do Comitê do Itajaí e professora aposentada da Furb, Beate Frank.

O Projeto Margem Esquerda planejava concretar uma área desde a Prainha até a Ponte de Ferro. O resultado final seria semelhante ao lado direito, na Beira-Rio (com uma ciclovia para dar um toque ecológico), eliminando assim um corredor biológico de 40 mil metros quadrados, utilizado para passagem, abrigo e reprodução de mais de 200 espécies de aves. O Comitê sugeriu a criação de um parque linear, que recuaria as edificações, alongando a área de margem, com a Prainha se transformando em um parque ambiental. Desta forma, seriam obedecidos critérios de preservação do Plano Integrado de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais na Bacia do Itajaí, criado após o desastre de novembro de 2008. A médio prazo, riscos de deslizamento seriam eliminados. A prefeitura, através do Secretário de Planejamento Urbano, Walfredo Ballistieri, recusou a proposta, que agradava à CEF e ao Ministério da Cidade. “O projeto da prefeitura vai contra a visão moderna de preservação das matas ciliares. Ele é justificado como projeto de prevenção a cheias e drenagem, mas na verdade é apenas urbanístico. É preciso repensar o planejamento urbano na cidade. O desastre de 2008 mostrou isso. Mas o poder público, por alguma razão, não aceita o diálogo”, argumenta Frank.



Projeto da prefeitura previa concretar margem esquerda do rio no centro de Blumenau

Cultura Indígena

Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação Educogitans, vinculado ao Mestrado em Educação da Furb, busca formas de manter a cultura, a língua e o auto-estima das comunidades indígenas da região

A revitalização dos povos nativos catarinenses

POR ERNESTO JACOB KEIM, professor e pesquisador em Educação e Filosofia, doutor em Educação e um dos coordenadores do Grupo de Pesquisa Filosofia e Educação (EDUCOGITANS), vinculado à FURB <ernestojacobk@gmail.com>

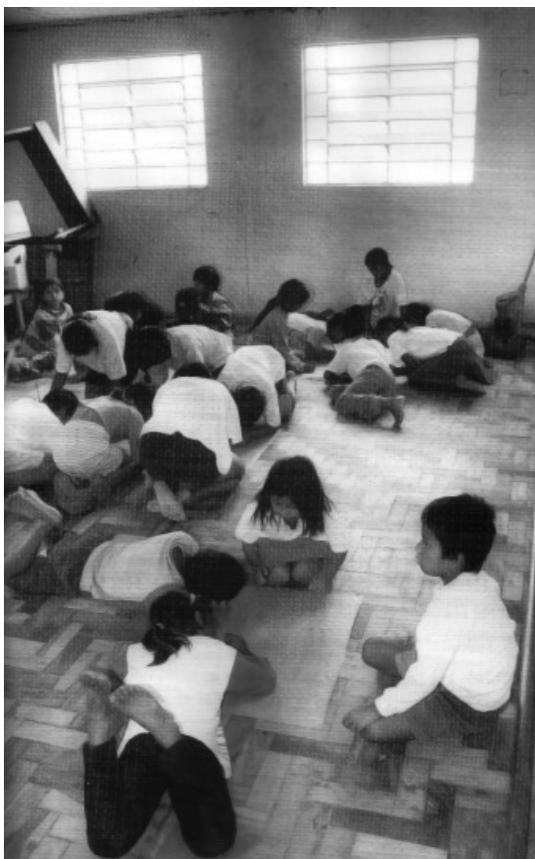
Ter como vizinho um povo com tradição de 3 mil anos de existência é no mínimo motivo de orgulho, interesse e admiração. Orgulho pela possibilidade de contar com um aspecto de ancestralidade, que de certa forma constitui o modo de ser do povo destacado, o que permite o conhecimento de aspectos de sua cultura e de sua história territorial e ambiental. Essa convivência também desperta interesse na medida em que possibilita vislumbrar, descobrir e aprender como essas pessoas enfrentaram os desafios ambientais próprios do Vale do Rio Itajaí-Açu e parte do Planalto Catarinense, bem como os desafios próprios de uma organização social caracterizada pelo comportamento nômade desse povo. Certamente os desafios e as dificuldades foram inúmeras, mas a sobrevivida por todos esses séculos indica que acumularam experiências significativas, para superar os desafios e dificuldades impostos a cada dia. Dessa forma, descobrir suas histórias e conhecimentos se constitui em pesquisa que se pauta pelo grupo de Pesquisa Filosofia e Educação EDUCOGITANS, vinculado ao mestrado em Educação da FURB, como ação respeitosa, amorosa e carregada de muita admiração.

É com esse espírito que se desenvolve o Programa de Pesquisa Revitalização da Língua e da Cultura Laklanô desenvolvido por esse grupo com financiamento da CAPES e com duração de dois anos (2010 e 2011).

A primeira ação desse programa foi o levantamento linguístico, cultural, social e ambiental da Terra Indígena Laklanô, por meio do qual foram visitadas todas as moradias da terra indígena pelo grupo de 20 pesquisadores que integram a equipe. Também já foi iniciado um curso para aprimoramento linguístico dos professores das escolas indígenas Laklanô e Bugio desenvolvidos pelo mestrando Raul Fernando dos Santos e pelo Mestre Indígena Namblá Gakran. Já na primeira semana de julho inicia o desenvolvimento de um curso de especialização que envolve todos os seis bolsistas professores indígenas, os seis bolsistas do curso de graduação e os quatro bolsistas mestrandos que integram o projeto, além de mais 14 pesquisadores voluntários vinculados ao programa.

Cabe destaque também para a impressão de 100 cópias do dicionário Laklanô-Português de autoria do Prof. Ms. Namblá Gaskran e para a pesquisa sobre a legislação estadual e federal referente à organização administrativa e curricular das escolas indígenas. É importante citar que esse programa de mestrado já desenvolveu cinco pesquisas com dissertação de mestrado sobre esse povo e que atualmente mais quatro pesquisas são desenvolvidas.

Esse programa tem como foco a revitalização da língua e da cultura desse povo, por meio do desenvolvimento do programa de atualização dos professores indígenas sobre a constituição fonética e semântica da língua, bem como do desenvolvimento de Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas de tal forma que tenham entre outros aspectos ênfase da língua e da cultura nos nove anos do ensino fundamental e três anos de ensino médio e que seja organizada uma rede de educa-



O ensino da Língua e Cultura Laklanô-Xokleng garante a manutenção da identidade nativa aos mais jovens (Foto: Daniel Conzi/Arquivo do Diário Catarinense/1997 - Extraído do livro "Índios Xokleng - Memória Visual", de Sílvio Coelho dos Santos)

ção infantil que deverá ser desenvolvida com base nas histórias, músicas, contos, lendas e língua tradicionais desse povo.

Esse programa também foi acrescido de um ponto fundamental para lhe dar sentido, que é o envolvimento dos pesquisadores já empenhados, juntamente com o programa "Incubadora de Cooperativas Populares" desenvolvido pelo IPS da FURB, para desencadear processo de organização de cooperativa, que regule as ações de produção e distribuição comercial de produtos desenvolvidos na Terra Indígena, para que seja possível a manutenção das pessoas dessa etnia em suas terras tradicionais. Essa implementação se desenvolve como solicitação decorrente dos próprios habitantes da Terra Indígena como meio que dê sentido ao que a pesquisa pretende desenvolver.

Revitalizar a língua e a cultura se mostra também como forma de recuperar as condições de convivência para que seja viável a superação das marcas deixadas pelo genocídio que foi impetrado contra esse povo, por parte inicialmente dos colonos em sua luta pela sobrevivência e por parte do Estado que financiou grupos de extermínio conhecidos como bugreiros. Esses grupos de assassinos a serviço do Estado legitimavam suas ações construindo toda sorte de argumentos que certamente denegriram de forma muito profunda a imagem desse povo junto à população residente no Vale do Itajaí-Açu.

Deve-se considerar que os colonos europeus que vieram no início do processo de ocupação territorial do Vale do Itajaí, por volta de 1850, foram

ludibriados pelo fato de não terem sido alertados para as dificuldades que aqui encontrariam para manterem-se vivos e é fácil imaginar a cena de um indígena nu e bronzeado, assustado, investigando cautelosamente uma choupana de palha e pau-a-pique e das pessoas branquíssimas com rostos e mãos avermelhadas pela insolação, todos vestidos apesar do calor, temerosos com o que poderia lhes acontecer. Por instinto de sobrevivência disparavam suas armas de fogo para logo depois constatarem que haviam matado um ser humano, muito estranho, mas um humano, e muitos passaram a carregar em sua consciência o pecado de ter assassinado uma pessoa. Talvez para aliviar a culpa, passaram a considerar os assustados donos originais dessas paragens como animais que deveriam ser eliminados para abrir as portas ao progresso e também para se defenderem. Cabe destaque para o fato de que não houve nenhuma tentativa oficial de estabelecer um diálogo que tentasse uma aproximação e um reconhecimento mútuo. Era uma guerra declarada por uma das partes sem que a outra parte soubesse do que estava acontecendo.

Essa culpa que encorajou muitos corações e mentes promove, atualmente, ações de solidariedade e complacência que apenas promovem o prolongamento da agonia desse povo e de sua cultura. Essas ações de natureza ingênua e alienada são alimentadas por mitos como o de que esse povo tenha sido pacificado e introduzido no contexto civilizatório, quando na realidade foi silenciado e isolado.

É nesse contexto que essa pesquisa se desenvolve como continuidade de uma ação de apoio e estudo desenvolvido pelo grupo de pesquisa Educogitans desde 2002, para superar o descaso com o patrimônio simbólico que esse povo, com sua história e tradição, representa.

Esse descaso se dá entre outros aspectos, pelo fato dele não ter "liquidez" como valor de troca, isso é ele não tinha capacidade de se apresentar na forma de lucro e de acumulação de quem se apropriasse desse patrimônio. Dessa forma se pretende superar essa perspectiva, própria da lógica capitalista, e desenvolver junto à população indígena motivos e argumentos, com os quais possam recuperar sua auto-estima e se apresentar para a comunidade do entorno como quem possui um modo próprio de vida e de relação, que pode contribuir para o bem viver de toda a comunidade do Vale.

É com base nesse contexto, com posição definida a favor da vida dos remanescentes desse povo e de sua cultura e também como forma de acolher as pessoas que se colocam a favor da dimensão humana que se investiga também:

- O que representa ter um povo indígena como vizinho?
- Como era a vida nômade e como enfrentavam os desafios impostos pelo ambiente.
- O que é ser Laklanô-Xokleng na atualidade?
- Como se organizavam?
- Qual o sentido de seus mitos e crenças frente aos nossos mitos e nossas crenças.
- O que foi perdido com o distanciamento?
- Como devolver voz e imagem a esse povo?

MANIFESTO

Fórum Municipal de Políticas Culturais

O FÓRUM MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS é um espaço/rede/coletivo criativo visando se articular em torno das demandas, pautas e lutas necessárias dos segmentos artísticos e culturais de Blumenau. Tem caráter informal, a participação é aberta a tod@s @s interessad@s estética, poética e politicamente nas artes e cultura.

Histórico

Para contextualizar historicamente o surgimento do Fórum, precisamos apontar o cenário tenebroso vivido em nossa região em se tratando de incentivo cultural. E diante de todas as ausências do setor público municipal e da 15ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau; perante o fechamento e o desmantelamento da Escolinha de Artes, do Casarão das Oficinas, das oficinas culturais nos bairros; por causa dos risíveis valores destinados a arte e cultura pelo município de Blumenau, pelo desprezo do prefeito João Paulo Kleinübing para com as reivindicações dos artistas; pelo quase desaparecimento do Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau; pelo desaparecimento do Departamento de Promoções Culturais – DPC – da FURB, ESTAMOS INDIGNADOS!

As reuniões presenciais do Fórum serão mensais. As falas, as trocas de informações e mobilizações serão instantâneas, através dos recursos das redes sociais e da internet. A participação é aberta a tod@s. A intenção é agregar artistas, produtores culturais, gestores públicos e de instituições culturais, comunidades, entidades da sociedade civil, público consumidor de artes e cultura. Chamamos os blumenauenses nativos, os vindos de outras paragens, os negros, os nordestinos, os segmentos LGBT, as mulheres, os jovens, as associações de moradores a aderirem a esta preocupação!!!

Não se cale diante do descaso da Arte e da Cultura em Blumenau. Participe, Faça acontecer.

www.forumdeculturadeblumenau.blogspot.com

O Fórum pode ser considerado ou surge para:

- » Espaço/Rede/Coletivo de Reflexão para exorcizar angústias/organizar discursos de quem convive em uma sociedade com recursos distribuídos de maneira desigual; uma sociedade cuja classe política tornou-se refém da iniciativa privada; que o pensamento complexo é substituído pelo “recebido pronto”; que as identidades locais estão em alta mas nunca nos ouvem; e em que as Artes e a Cultura vêm sendo utilizada de maneira instrumentalista e com viés unicamente lucrativo.
- » Espaço/Rede/Coletivo Propositivo/Ação: queremos entender e opinar sobre a produção e execução das políticas culturais nos âmbito municipal, regional, estadual e federal: estamos vivendo um momento ímpar na elaboração de políticas e ações públicas na área de Cultura, como os Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva, o Sistema Nacional de Cultura, Plano Nacional de Cultura, a política de editais e o aumento do repasse de recursos destinados as pastas culturais, nova Lei de Incentivo a Cultura, conferências em todas as escalas administrativas.

Não queremos passar à margem desses debates. Queremos nos apropriar da temática, com profundidade, para contribuir com idéias, propostas e cenários para o desenvolvimento cultural de Blumenau e da região da 15ª Secretaria de Desenvolvimento Regional de Blumenau.

Queremos influenciar na definição do que é prioridade para os investimentos públicos; Queremos construir políticas culturais que permitam as pessoas executarem seus projetos, distribuindo o resultado para o público local e regional; Queremos pensar estratégias para aumentar o público fruidor de bens simbólicos, humanísticos e culturais.

Entendemos como fundamental para a dinâmica do Desenvolvimento local a dimensão cultural e por isso mesmo estaremos tratando o assunto com muita seriedade, numa perspectiva contemporânea.

É tanta coisa para se meter, abrir caminho numa cidade de tradição conservadora! Quiçá opinando ou apresentando outras perspectivas sobre os assuntos em pauta, sobre a nossa história e identidade cultural; ou intervindo criatividade com ações de ‘guerrilha poética’; ou lançando textos, manifestos, obras, publicações e outros meios cheios de tesão pela Arte; ou cantando, dançando, chamando as pessoas a aderirem firmemente às dores e delícias do pensamento complexo.



Montagem em cima de foto de Leo Laps

Notas sobre literatura

Minhas leituras de Saramago

POR VIEGAS FERNANDES DA COSTA, editor do Sarau Eletrônico da Biblioteca da FURB (www.bc.furb.br/saraueletronico) <viegas@furb.br>

Marco Villar (www.flickr.com/sangrelojo)



Recém havia saído da adolescência e, por uma razão ou outra, li *Ensaio sobre a cegueira*. Não que isso importe algo, essa experiência que tenho da leitura dos textos de José Saramago, mas diante da intransigência da morte e do sentimento de impotência que esta nos imputa, não vejo por onde me rastejar senão pela memória das impressões que o universo saramaguiano me concedeu. Então, como dizia, li o *Ensaio sobre a cegueira* e pude compreender a potência de uma literatura visceral e honesta. Não se é possível ler tal texto, parábola de nossa condição humana, sem a sensação de se ter vivido uma experiência que lacera o espírito e nos envergonha de nosso individualismo e imobilidade, que mascaramos com gestos vãos e palavras estéreis. “Ensaio sobre a cegueira” me desloca, sempre, ao genocídio tutsi em Ruanda, ao genocídio palestino perpetrado sob nossos olhos ocidentais e hipocritamente cegos, ao silêncio a respeito do povo de Timor Leste e às vítimas dos desgovernos e terremotos no Haiti, cuja capacidade de comoção duram o tempo de uma passarela, porque enfatiados de vermos as mesmas ruínas, buscamos saciar nossa eroticidade mórbida em outros charcos de sangue, em outras postas de carne humana desmembradas de seus corpos. Assim, sempre houve esta sensação de vergonha e culpa, sim, vergonha e culpa, que este primeiro contato com um texto de Saramago me provocou.

Movido pela inquietude provocada por esta primeira leitura, busquei mais. Foi quando me tocou o corpo o *Memorial do convento*. Marcou-me a poesia de um certo padre Bartolomeu,

inventor de herética geringonça alada movida pelas vontades humanas que seu ajudante, Baltasar Mateus, colhia em um frasco em meio à multidão. Claro está, não há melhor combustível que faça voar um sonho senão a vontade humana. Entretanto, esta escapa-nos do corpo tangido pela necessidade de sobreviver. *Memorial do convento* ensinou-me que não há humanidade onde as vontades dão lugar à necessidade, onde se confunde sonho com devaneio. Sei que não cabe à literatura dar lições. Não, claro que não. Entretanto, o diálogo que estabeleço, enquanto leitor, com as provocações de um texto, apesar de socialmente construído, está profundamente marcado pela subjetividade. Por isso posso reconhecer que sempre serei grato a Saramago por tudo que aprendi com Blimunda, Baltasar e Bartolomeu, personagens centrais desse seu *Memorial*. Grato por compreender aquilo que afinal nos constitui tão únicos, mas que nos foge quando tangidos qual gado a mover a roda do engenho.

Feitiço lançado, segui estupefato o fio de Ariadne, acompanhando os passos do Senhor José – o personagem – pelo labirinto de prateleiras vergadas e empoeiradas da velha Conservatória, guardiã do esquecimento. Falava Saramago – o autor – nas páginas que me remeteram a um Kafka revivido para concluir sua obra, tão tensa e intensa a trama e a fábula de *Todos os nomes*. Como possível uma história tamanho extraordinária? – a questão que me incomodava a cada linha sem pontuação que se desdobrava ante meus olhos de criança deslumbrada! Criança deslumbrada, com o perdão do pleonasma, porque não há infância sem deslumbramento. Pensei ter lido

o cume; engano! Indisciplinado, encontrei-me com um Cristo humano e carnado que, reconheço, quase me convenceu. Ironia do insólito! Como um ateu declarado podia reescrever uma história 2 mil anos recontada e ainda assim torná-la inédita? E mais, como podia este mesmo ateu, ourives da palavra, construir uma das mais poéticas e profundas passagens da literatura universal, conquista sublime do espírito humano, quando nos transporta para o interior de uma barca atracada no centro de um mar tomado por intransponível nevoeiro? Saramago enfrentou Deus! Desfiou-nos um rosário de mártires e barbáries inconcebíveis e inexplicáveis capazes de dobrar as ambições do Diabo que, como Pastor que é, intervém junto a esse Deus sanguessedento em nome do perdão. A resposta? “Para que eu seja o Bem, é necessário que tu continues a ser o Mal” – ei-la! Espernearam os guardiões do cristianismo. Saramago não fora o primeiro, é certo. Kazantzakis fizera-o antes, tal qual tantos outros. Entretanto, a lucidez e os argumentos do velho comunista moveram o catolicismo português a tentar intervir no reconhecimento literário daquele que viria a ser o primeiro autor da língua portuguesa laureado com o Nobel de Literatura. Mágoa e exílio na insular Lanzarote, onde o mestre da palavra conheceu a diferença entre estar e já não mais estar.

Depois do *Evangelho segundo Jesus Cristo* não houve texto de Saramago que não me interessasse ler. É bem verdade, reconheço, que nem tudo foi deslumbramento. No *Ensaio sobre a lucidez*, por exemplo, a impressão de um resvalo planfetério; e em *Caim*, o gosto de uma sopa requentada. Neste meu rastejar pela memória das impressões que o universo saramaguiano me concedeu não há espaço para o desonesto, por isso o registro. Mas não há nada como o bom estro de um artista que se reinventa, e houve a história do Elefante Solimão e seu cornaca Subhro, escrita após grave enfermidade nos estertores de 2007. Ocorreu-me, à época dessa leitura, o pensamento de que a carícia da morte devolve-nos uma leveza e um certo humor que perdemos com o transcorrer dos anos. Isto porque em *A viagem do elefante* encontrei um Saramago mais leve, consciente da importância da sua literatura, porém ciente, também, de que talvez já tivesse dito o que havia para se dizer, e que àquela altura da sua vida e carreira importava mesmo o prazer de escrever uma boa história. E que boa história, tão repleta de sutilezas e ironias!

Enfim, soube que já não está mais. Morreu o corpo de José na manhã de uma sexta-feira, ao lado da mulher que amava. A mim ocorreu-me, então, reler o discurso que proferiu quando da cerimônia de entrega do Prêmio Nobel, em 1998, e onde inicia dizendo que o homem mais sábio que conheceu em toda a sua vida não sabia ler nem escrever. Conta ali a história dos seus avós maternos que, nos dias de muito frio, levavam os porcos mais frágeis da pequena criação para dormirem consigo, sob o calor das mantas grosseiras.

Não choro a perda do mestre, pois lágrimas são estéreis. Simplesmente lanço meus olhos para a estante e escolho o livro que fará Saramago estar novamente comigo

Alertou-nos Saramago, ao narrar a tradição ágrafa da família que o apresentou ao mundo, que o verbo não se determina nos gens. Que o gênio se constrói na experiência e na coerência. E assim o fez! Neste mesmo discurso, reconheceu que sua voz ecoa nas vozes das suas personagens. E se dizia que a morte era a diferença entre estar e já não mais estar, o Saramago que se consagrou à palavra, que se multiplicou nas Blimundas e nos Raimundos, nos homens e mulheres do Alentejo e nos tantos homens e mulheres que encontraram a eternidade no terreno universal da sua Literatura, se já não está mais nesta matéria perecível que nos compõe a todos, continua estando nas criaturas pelas quais falou e se fez ouvir. Por isso não choro a perda do mestre, pois lágrimas são estéreis. Simplesmente lanço meus olhos para a estante e escolho o livro que fará Saramago estar novamente comigo.

Em tempos de **Copa**

para Carlos Tonet

POR TULIO VIDOR, presidente do SINSEPE <coloradofanatico@gmail.com>

Em tempos de Copa do Mundo evidencia-se o quanto uma competição esportiva é capaz de transformar a vida de toda uma sociedade. Como sendo prioritariamente importante na vida, principalmente no “país do futebol”, voltamos nossas atenções para os resultados dos jogos na África do Sul em detrimento de importantes acontecimentos “paralelos”. A força dos eventos esportivos, que causam positivos e negativos impactos econômicos e sociais e que tem impacto até na formação da identidade dos povos, é inegável. O exemplo da década de 1990 é sul-africano, em que a Copa do Mundo de rugby foi utilizada como instrumento de integração entre brancos e negros na superação do apartheid e busca da identidade sul africana. Agora, a copa do mundo de futebol na África do Sul nos demonstra a formação das seleções nacionais com número significativo de “naturalizados”. Somente em 9 dos 32 países a totalidade dos jogadores é nascida no território nacional e os “estrangeiros” passam de 80 dos 790 atletas participantes, isso evidencia a flexibilização do conceito de identidade nacional e pátria, inclusive para além do esporte. Avesa a isso, nossa seleção de “brasileiros puros” consegue transformar a hora do rush em engarrafamentos festivos, carros amassados acidentalmente deixam de ser brigas de trânsito e voltam a converter-se em acidentes, as buzinas não incomodam como as vuvuzelas que não deixam ninguém ouvir o Galvão e o Neto e, salvo em eventual derrota, tudo é festa com patos e gansos como iguarias culinárias. Como “país do futebol”, tudo muito bem organizado, até isenção de imposto sobre o alumínio temos, afinal, não pode faltar latinha fora da cerveja...

O tema é complexo e polêmico, cientificamente estudado pelas Ciências Humanas, da Saúde e Econômicas com teses para todos os gostos. Diverte-me mais a reflexão leiga dos fenômenos de menor impacto e da forma como um jogo de futebol na África é capaz de transformar o comportamento das pessoas. Embora a expectativa criada pudesse ser a de um texto futebolístico, a defesa de uma perspectiva social ignorando o futebol em prol dos problemas “concretos”, ou a reflexão dos impactos sociais e econômicos causados pelo “efeito Copa”, deixo essas discussões para os cronistas, os ideólogos e os cientistas. Ocupo o espaço, não simplesmente para tornar evidente que o mês da Copa é nos acontecimentos “paralelos” um dos mais movimentados do ano, mas para lembrar-nos que, ao final da Copa do Mundo, nos voltaremos para as coisas “acontecidas” e estas dependem de nossa intervenção de forma concomitante com os eventos do além-mar.

Pela primeira vez, todos os jogos da Copa do Mundo são televisionados em rede aberta. Mas antes mesmo de a bola rolar, já rolava a visita oficial do Prefeito de Blumenau a Bogotá, na Colômbia. Naquelas bandas, o governo municipal promoveu recentemente uma das maiores revoluções do sistema viário na América Latina, baseado em iniciativas governistas pouco ortodoxas que impulsionaram inclusive a candidatura do prefeito ao governo nacional colombiano. João Paulo Kleinübing viajou em busca de inspiração, o que parece em baixa em países que não participam da Copa, e seu retorno não significou mais do que corredores exclusivos para ônibus. Ainda às vésperas do início dos jogos, o Conselho de Segurança da ONU decidia não reconhecer a negociação realizada por Brasil e Turquia com o Irã, visando restrições ao enriquecimento de Urânio por aquele país. Ainda que reconhecendo os esforços dos governos envolvidos, a ONU decidiu impor severas sanções ao Irã, temendo a produção de bombas nucleares naquele país. A decisão foi duramente criticada pelos governos turco e brasileiro, porém dois dias depois a atenção do mundo se voltaria para a bomba de Tshabalala no ângulo de Oscar Pérez, abrindo o placar para a África do Sul contra o México.

Com a Copa do Mundo a pleno vapor, a seleção alemã massacrando a Austrália, festa em Blumenau e os outros jogos cheirando a uma copa de atuações ruins, o que voltou a feder foi a concessão do serviço de tratamento de esgoto. O juiz Osmar Tomazoni, da Vara da Fazenda Pública, concedeu liminar suspendendo o contrato com a empresa Foz do Brasil e provocou alvoroço na alta cúpula do SAMAE e do executivo municipal. Mais uma vez os juristas representantes do município terão que recorrer das decisões da Justiça, a exemplo do que ocorreu com a tarifa do transporte coletivo. Bom saber que deste lado do Atlântico os juízes tem trabalhado melhor com as canetas em mãos do que seus congêneres do apito.

Poucos dias antes da chuva de gols de nossos adversários portugueses para cima da Coreia do Norte, quem sofreu com a chuva foram nossos compatriotas alagoanos. Um desastre de severas proporções, aparentemente evidenciando fragilidades mais graves do que as que nos atingiram no final de 2008, não teve a mesma comoção e cobertura da imprensa. O Willian Bonner e a Ana Maria Braga precisam cobrir a ausência da equipe que está na África e fica difícil saber se os donativos estão chegando, pelo menos ainda não vimos os flagrantes de desvios. Que importa? Logo enfrentaremos esses perigosos portugueses, assim disse a Fátima... Enquanto na África as seleções da Austrália, África do Sul e das Coreias de Norte e Sul levavam as maiores goleadas, por aqui quem continuava levando eram os servidores públicos municipais. Depois da pífia (não) reposição salarial de 1% para os servidores da Furb, foi a vez dos demais colegas do serviço público amargarem a não reposição de perdas salariais históricas, apesar da pressão das paralisações. Tempos difíceis para os trabalhadores, mas ainda podemos escapar da Argentina.

Enquanto França, Dinamarca e Nigéria perdiam e davam adeus à Copa, os ambientalistas ganhavam uma! As verbas para o Projeto Margem Esquerda de Blumenau foram suspensas pelo Mi-

nistério das Cidades e parte das árvores nas duas margens segue de pé, alívio para os cristãos (há quem diga que as cruzeiras usadas para marcar a vegetação no lugar da tradicional letra x cumpriram a função celestial da salvação). Já a eliminação da Itália e a resistência brasileira aos poderosos portugueses rivalizava as atenções na FURB com a aprovação pelo Conselho Universitário da nova redação do Estatuto da FURB, da nova composição do próprio CONSUNI, mais democrática na sua lógica representativa, e da eleição no Conselho do Controlador Geral da FURB (pautas defendidas pela representação sindical).

A chegada das oitavas de final marcou a hilária cena protagonizada pela chanceler alemã e o primeiro ministro inglês. Em reunião do G-20 no Canadá (território neutro, pois não foi à Copa), enquanto manifestantes eram espancados e presos pela polícia, os dois representantes fizeram um curioso intervalo nas discussões sobre a crise financeira européia. Com os países se enfrentando na África do Sul, ambos assistiram lado a lado ao confronto, literalmente batendo as perninhas, para expectativa e horror dos gregos (já eliminados da Copa). Por aqui, nova tentativa de reajustar a tarifa do transporte coletivo, porém a decisão espera pelo resultado de Brasil x Holanda, vai que o povo fica nervoso... E para completar, para além do futebol, nervosos devem estar os expoentes políticos catarinenses. Os diretórios nacionais do PMDB e PSDB mandaram o recado para suas representações catarinenses, impondo que as coligações locais respeitem a nacional, sob pena de intervenção! Hehehe, nem são os barbudos da esquerda que impõe a verticalização da política nacional. Resta saber se os componentes da tríplice aliança conseguirão odiar-se menos do que a seus inimigos vermelhos durante a campanha.

Enfim, este texto encerra esperando as quartas de final. Afinal, se o nosso país é o país do futebol, de quem é o nosso país?

